

ESSAS SÃO AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DA CAMPANHA



Correção das distorções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) – revogação da isenção dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução para juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas, e criação de nova tabela de alíquotas progressivas. Com isso, a base de cálculo do IRPF aumenta em torno de R\$ 600 bilhões. Essas medidas permitem desonerar os trabalhadores com rendas mais baixas ou intermediárias em cerca de R\$ 16 bilhões, e ampliar a arrecadação em quase R\$ 160 bilhões.



Instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) para riquezas das pessoas físicas, que ultrapassem a R\$ 10 milhões. Será possível arrecadar mais de R\$ 40 bilhões.



Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) do setor financeiro e do setor extrativo mineral. São setores que tiveram aumento de lucros mesmo em tempos de crise econômica. Será possível aumentar a arrecadação em cerca de R\$ 40 bilhões.



Criação da Contribuição sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais que ultrapassem a R\$ 720 mil. Essa contribuição vai incidir sobre a renda de apenas 59 mil contribuintes e pode gerar uma arrecadação de cerca de R\$ 35 bilhões.



Mudança nas regras do Imposto sobre heranças e doações (ITCMD), com ampliação da alíquota máxima de 8% para 30%. Medida que visa equalizar o imposto sobre heranças do Brasil à média internacional. Estima-se acréscimo de arrecadação da ordem de R\$ 14 bilhões.



Novas regras de repartição de receitas da União com Estados e Municípios, que poderá promover acréscimo de aproximadamente R\$ 83 bilhões para os Estados e R\$ 54 bilhões para os Municípios.



Regras para disciplinar a concessão de benefícios fiscais e para combater a sonegação.
